



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM  
CURSO LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA

ÂNGELA DA SILVA OLIVEIRA

**DISCUSSÃO DAS ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DE INCLUSÃO  
EDUCACIONAL DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA  
(TEA) NA ÁREA DA LINGUAGEM EM ABAETETUBA-PA**

ABAETETUBA-PA  
2025

ÂNGELA DA SILVA OLIVEIRA

**DISCUSSÃO DAS ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DE INCLUSÃO  
EDUCACIONAL DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA  
(TEA) NA ÁREA DA LINGUAGEM EM ABAETETUBA-PA**

Trabalho de Curso apresentado à Faculdade de Ciências da Linguagem, do Campus Universitário de Abaetetuba, da Universidade Federal do Pará, com requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Letras Português, sob orientação

Prof. Dra. Joseline Simone Barreto Trindade.

ABAETETUBA-PA  
2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a)**

---

O48d Oliveira, Ângela da Silva.  
Discussão da estratégia de promoção de Inclusão  
educacional das pessoas com Transtorno do Espectro  
Autista (TEA) na área da linguagem em Abaetetuba-PA /  
Ângela da Silva Oliveira. — 2025.  
22 f.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Joseline Simone Barreto  
Trindade  
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade  
Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba,  
Curso de Língua Portuguesa, Abaetetuba, 2025.

1. Inclusão escolar. 2. Transtorno do Espectro  
Autista. 3. Inclusão. 4. Práticas pedagógicas. I. Título.

CDD 469

---

ÂNGELA DA SILVA OLIVEIRA

**DISCUSSÃO DAS ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DE INCLUSÃO  
EDUCACIONAL DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA  
(TEA) NA ÁREA DA LINGUAGEM EM ABAETETUBA-PA**

Trabalho de Curso apresentado à Faculdade de Ciências da Linguagem, do Campus Universitário de Abaetetuba, da Universidade Federal do Pará, com requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Letras Português, sob orientação

Prof. Dra. Joseline Simone Barreto Trindade.

Data de aprovação: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
Conceito: \_\_\_\_\_

**Banca Examinadora:**

\_\_\_\_\_  
Orientadora

Prof. Dra. Joseline Simone Barreto Trindade – UFPA

\_\_\_\_\_  
Examinador(a)

Prof. Dra. Crisolita Gonsalves dos santos Costa– UFPA

\_\_\_\_\_  
Examinador(a)

Prof. Me. Maria Madalena Silva da Silva– UFPA

## RESUMO

Este artigo aborda as estratégias de promoção de inclusão educacional de estudantes com transtorno do espectro autista (TEA) na área da linguagem com uma pesquisa realizada no município de Abaetetuba. A pesquisa apoia-se nas legislações brasileiras, internacionais e em referenciais teóricos, além de relatos de experiência. Os resultados apontam que, apesar dos avanços legais e das boas práticas encontradas, ainda existem lacunas pertinentes entre as leis e a realidade das escolas, especialmente pela ausência de dados estatísticos no município e pela escassez de uma formação continuada dos docentes. A verdadeira inclusão necessita da junção da família, escola, profissionais da área e apoio político, destacando-se a importância do atendimento especializado (AEE), do uso de estratégias pedagógicas adaptadas e da valorização das múltiplas formas de linguagem. Entende-se que a verdadeira inclusão escolar exige além do respaldo legal como também o compromisso ético, humano e coletivo.

**Palavras-chave:** Inclusão escolar; Transtorno do espectro autista; Inclusão; práticas pedagógicas.

## 1 INTRODUÇÃO

(...) a educação não é aquilo que o professor dá, mas um processo natural que se desenvolve espontaneamente no indivíduo humano: que não se adquire ouvindo palavras, mas em virtude de experiências efetuadas ao ambiente (Maria Montessori, 1936).

Análise de estratégias de promoção de Inclusão educacional das pessoas com Transtorno de Espectro Autista (TEA) na área da linguagem em Abaetetuba, foi um tema que surgiu durante o curso de Letras Língua Portuguesa, da Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba. Durante a graduação, tive a oportunidade de participar de um estágio não obrigatório pela Secretaria Municipal de Educação, que buscava cuidadores para acompanhar alunos da rede regular de ensino.

Lá, onde a teoria dá lugar ao imponderável do cotidiano, conheci alunos que apresentavam múltiplas necessidades educacionais. Foi nesse vai e vem, entre sala de aula e reflexão que uma inquietação começou a bater à porta da consciência. Notei, com olhos mais atentos, como alguns professores ainda são resistentes diante do desconhecido, especialmente quando o aluno em questão é identificado com algo muitas vezes mal compreendido o autismo. Porém, não estive só nessa travessia. Nas aulas de Educação Especial, ao compartilhar experiências com os colegas, percebi que muitos enfrentam situações semelhantes, alguns, até piores.

Por isso, além dos motivos acadêmicos, algumas razões reforçaram ainda mais o meu desejo de compreender os caminhos e os descaminhos da inclusão no ambiente escolar. Foi então que surgiu a centelha que colaborou para este estudo de caso. Moviada por um desejo sincero de transformação, propus-me a investigar esse tema na perspectiva de contribuir para a construção de um espaço mais inclusivo, acolhedor e, acima de tudo, diverso.

Nesse sentido, esse artigo se divide em três partes: na primeira parte faz-se uma discussão sobre as características do autismo e seus marcos legais no processo da inclusão escolar. Já na segunda seção, faço uma análise dos impactos do TEA na área da linguagem com os desafios pedagógicos para a promoção da inclusão escolar. E por último, apresento dados empíricos a partir da pesquisa

realizada no município de Abaetetuba, embasada nos relatos de experiência e entrevistas, seguida de análise dos resultados obtidos.

### 1.1 Características do Transtorno de Espectro Autista (TEA)

O TEA é caracterizado por um conjunto de sintomas que diferem de indivíduo para indivíduo. Essa variação é constatada no Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), onde se encontram três níveis de suporte que caracterizam a necessidade de cada indivíduo. Vale ressaltar que essas classificações não são uma rotulação do indivíduo, e sim, uma maneira de compreender e usar abordagem correta conforme a necessidade de cada pessoa. Por isso, “O transtorno do Espectro Autista manifesta-se nos primeiros anos de vida, proveniente de causas ainda desconhecidas, mas com grandes contribuição de fatores genéticos (...) pode haver diagnóstico médicos abarcando quadros comportamentais diferentes.”(Conforme Eugênio, p.19,2020)

Segundo ARAÚJO et al (2022), o Nível 01: apresenta autonomia funcional, habilidades cognitivas e interação social não afetadas significativamente, mas nesse aspecto apresentam mais limitações podendo ser confundidos como crianças tímidas e podem apresentar prejuízo futuro por não receberem as intervenções necessárias. No Nível 02, os indivíduos apresentam maior dificuldade na comunicação verbal, o que afeta conseqüentemente a sua interação social, apesar do apoio, possuem dificuldades de manter e direcionar o foco em suas ações, sendo necessário um suporte pedagógico apropriado para suas demandas e dificuldades. O nível 03 conhecido como o autismo severo, requer suporte total, por acompanhar deficits graves na comunicação e interação social necessitando de apoio multidisciplinar e contínuo, o que torna inviável estar sozinho no ambiente escolar devido aos estímulos internos que podem frequentemente levar às crises.

Desse modo, cada nível exige estratégias educacionais e adaptações pedagógicas específicas, pois cada aluno apresenta uma necessidade diferente.

Isso permite que os professores planejem intervenções de ensino específicas e individualizadas para auxiliar os alunos a adquirir habilidades que lhes permitam acessar maiores oportunidades de aprendizado. Registrar e monitorar o progresso ou as mudanças nas barreiras de aprendizagem é fator importante para o planejamento (SCAMAT et al., 2025, p.13-14).

Essas condições acabam motivando a escola a promover ambientes acessíveis e acolhedores, contemplando às necessidades de cada um e promovendo uma educação inclusiva, garantindo seus direitos assegurados por lei.

## **1.2 Inclusão na escola: desafios e conquistas**

A inclusão de alunos com algum tipo de especificidade tem sido amplamente discutida nas produções científicas internacionais e nacionais para compreender o processo de adaptação desses indivíduos no contexto escolar. Neste trabalho discutiremos a inclusão de alunos com TEA na área da linguagem, especificamente à luz dos desafios encontrados no contexto escolar nas escolas regulares. Para a compreensão do que foi analisado até aqui sobre as contribuições desenvolvidas, esta seção realiza um levantamento teórico sobre o que os estudos abordaram sobre a inclusão educacional de pessoas com TEA, com foco no contexto linguístico, obstáculos encontrados, tanto por professores quanto por alunos, em estratégias metodológicas visando uma prática pedagógica verdadeiramente inclusiva.

### **1.2.1 Inclusão escolar no Brasil**

A inclusão escolar no Brasil é um processo lento, mas significativo para a consolidação dos direitos legais de pessoas com deficiência, incluindo aquelas com transtorno do espectro autista. O caminho para uma educação inclusiva como direito de todos ganhou vigor a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que garante a educação como direito de todos os indivíduos e dever do estado.

Adicionalmente, o artigo 208 garante o atendimento especializado para indivíduos com deficiência, especificamente nas instituições de ensino regulares. Isso representa uma medida relevante para a inclusão no Brasil, que atende famílias sem recursos financeiros suficientes para alcançar um desenvolvimento eficiente por conta própria. Consoante a isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996, que consolida a igualdade sobre condições e valores da sociedade define em seu artigo 58, a educação especial como modalidade transversal com prioridades para o ensino comum regular.

Nesse contexto, a inclusão, é um direito garantido por lei, desse modo é dever da escola se organizar e acolher esses alunos com todas as suas particularidades.

Nesse mesmo viés, o Brasil pactua-se com a Declaração de Salamanca (1994), que garante o acesso à educação de qualidade nas escolas para os estudantes sem discriminar suas condições individuais. A partir dessa perspectiva, a adesão de políticas públicas voltadas para a inclusão no Brasil contribuiu para as normas legais como o Plano Nacional de Educação (PNE,2014).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação Inclusiva (PNEE, 2008) foi outro marco pertinente para o avanço dos direitos desses alunos, pois ela fortalece o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como uma complementação das aulas no ensino regular trabalhando as suas características individuais visando o desenvolvimento do aluno no ponto de vista cognitivo pela apreensão dos conteúdos assim como na interação do estudante na sala de aula com os demais colegas. Por isso, essa lei corrobora para o desenvolvimento de práticas pedagógicas eficazes como também materiais adaptados e principalmente uma formação continuada para os educadores conseguirem atender essa demanda e colaborar com os avanços dos alunos com dificuldades, especialmente os estudantes com TEA, que possuem necessidades de estratégias específicas e individuais no campo da comunicação e da linguagem, sobretudo porque,

O desafio é permanente e, com a individualidade de sintomas e comportamentos, sempre haverá dias mais difíceis ou experiências que se mostram fracassadas. Mas, quando a reflexão envolver mais profissionais e cidadãos no geral, as chances de caminhar crescerão (Tenent, 2017, p.124).

Vigente a isso, a Lei nº 12.764, que foi promulgada em 2012 e reconhecida como Lei Berenice Piana, define a Política Nacional de Proteção dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista e caracteriza o autismo como deficiência, o que garante o direito e acesso à educação e a inclusão desses alunos no contexto escolar. Portanto, reforça o dever do estado com a promoção de uma educação de qualidade, enfatizando a necessidade de metodologias eficazes que considerem principalmente as particularidades dos alunos com TEA, visando sempre o desenvolvimento da linguagem como elemento fundamental no desenvolvimento de uma comunicação e interação social desses indivíduos:

Isso ocorre em decorrência da maior possibilidade de quebrar as barreiras desses déficits, tendo em vista que a alfabetização e o letramento garantiriam mais uma forma de comunicação e expressão social, já que as habilidades da linguagem oral também são comprometidas, na maioria dos

casos de alunos com autismo. Dessa maneira, estar-se-ia proporcionando a essas crianças a oportunidade de tornarem-se mais autônomas, à medida que elas possuiriam mais uma forma de interação (Shibukawa, 2020, p.43).

Assim, verifica-se que o Brasil possui um esboço significativo de garantias de promoção de inclusão educacional para alunos com deficiência. Entretanto, a existência dessas leis ainda não garante sozinha essa efetivação nas práticas e no cotidiano escolar no Brasil, fazendo-se necessária uma análise crítica das práticas escolares e das condições reais da implementação desses direitos que acabam ficando somente no papel e não fazendo parte da realidade desses alunos na íntegra, especialmente quando se trata da linguagem como ato mediador das estratégias pedagógicas voltadas para alunos com TEA.

## **2 A IMPLEMENTAÇÃO NA LINGUAGEM DE ALUNOS COM TEA**

No contexto da comunicação não verbal, para Almeida (2023, p.29-30) Devemos lembrar que a linguagem é social. Isso posto, o ensino dessa habilidade a alunos portadores do TEA é essencial, ainda que seja uma comunicação não padronizada.

De todo modo, trata-se de algo imprescindível, uma vez que somos seres comunicativos e precisamos de uma linguagem para manter nossas relações sociais, com vistas a expor nossos pensamentos e sentimentos. Por essa razão, todos têm direito a se comunicar e interagir em sociedade. Diante dessas implicações, é essencial que as práticas pedagógicas, especialmente na área da linguagem, considerem as singularidades de cada aluno com autismo adotando estratégias que desenvolvam uma comunicação funcional ampliando as possibilidades de expressão valorizando as múltiplas formas de linguagem para promover um aprendizado significativo desses alunos.

Por isso, Weizenmann et al., 2020. apud Bacarin e Leonardo (2018) apontam que a escola possui o compromisso de atender à diversidade humana. Desta forma, é preciso adaptar-se às necessidades individuais de seus alunos e, não excluir aqueles julgados como “diferentes”, o que reflete no ensino-aprendizagem e nas relações interpessoais estabelecidas no contexto escolar.

Diante desses desdobramentos, é importante destacar que a comunicação no

contexto educacional na promoção da inclusão deve ser compreendida como um instrumento importante do desenvolvimento, visando a interação e participação social desses alunos. Portanto, o trabalho educacional voltado para os alunos com autismo no contexto da inclusão necessita de um olhar sensível diante das suas múltiplas formas de comunicação para que assim se promova um ambiente harmonioso e acessível tanto para os professores quanto para os alunos para que ocorra comunicação independente da sua forma.

### **3 DESAFIOS NA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TEA**

No que diz respeito ao tema da inclusão de alunos com TEA no ensino regular das escolas brasileiras trata-se de uma realidade de muitas facetas, por percorrer um caminho repleto de desafios, por esse cenário, a necessidade não se limita somente à averiguação de estruturas para garantir o acesso desses alunos às salas de aula como também de novas dimensões no que se refere às práticas pedagógicas aplicadas atualmente. Embora a literatura aponte avanços em relação ao acesso à educação desses indivíduos, na prática, ainda existem lacunas significativas entre a legislação e a realidade nas escolas brasileiras.

Sob a ótica desses desafios enfrentados pelos educadores e escolas, pesquisas apontam que a ausência de uma formação continuada é um dos principais problemas para a promoção da inclusão verdadeira. Scant, et al (2025) demonstram que a maioria dos educadores não se sentem seguros para mediar alunos com alguma especificidade em sala de aula, comprometendo o avanço necessário da aprendizagem desses alunos. Esse cenário contribui para a frustração dos professores, além de produzir estratégias ineficientes e comprometer o aprendizado desses alunos. Sob essa mesma análise, o estudo de Weizenman et al (2020) revelam que esse primeiro contato com alunos autistas causa essa insegurança nos professores, entretanto, no decorrer do tempo, professores revelaram que acabaram construindo laços afetivos com esses alunos, contribuindo para que a sensação de insegurança fosse dando espaço para novas descobertas e aprendizados.

Nesta conjuntura, buscar estratégias pedagógicas que façam avançar o desenvolvimento de alunos com autismo torna-se imprescindível. Desse modo, alguns pontos aparecem na literatura recente: a exemplo do Treinamento de

Habilidades Sociais (THS), justificado na análise de comportamento ABA, que se mostrou ser muito válido para o incremento de maior autonomia e interação desses alunos. O estudo de Zamboni e Borella (2025) pontuam que a eficácia de programas de THS no ambiente educacional, através das estratégias como atividades lúdicas, modelagem comportamental, e a dramatização revelou-se em avanço no contato visual e numa melhor aceitação a mudanças e regras.

Além disso, Tognett, Santos e Silva (2023), produziram uma revisão referente às práticas pedagógicas direcionadas aos alunos com TEA entre os anos 2018 e 2022. A pesquisa indicou que, apesar de atualmente existir uma vasta metodologia disponível para a promoção da inclusão, ainda existe uma lacuna entre o crescente número de diagnósticos e a disposição de profissionais preparados para garantir seus direitos e atender suas necessidades de forma humanizada e inclusiva. Por esse ângulo, os autores salientam que a relação entre os profissionais, além da formação continuada, são meios indispensáveis para a construção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo. Além disso, vale destacar que além das estratégias mencionadas para a promoção da inclusão de alunos com TEA, é importante um olhar sensível e criativo dos educadores. “Podemos dizer que todo conhecimento que vem pelo amor possui a excelência da perfeição. Acima de tudo, quem aprende e quem ensina precisa antes de tudo do amor(...) o amor é a sublimação do saber” (Cunha, p.115,2020)

Sob essa visão, a pesquisa de Raênia Lima (2021) muito contribui para discutir a criatividade como método importante para desenvolver estratégias pedagógicas mais eficientes. Com fundamento na teoria da subjetividade González Rey, a autora argumenta que a criatividade docente deve ser empregada como uma prática intencionalmente conectada às necessidades individuais e sociais para que assim, supere metodologias tradicionais e estagnadas e assim, promova uma educação mais humanizada. Desse modo, ao implantar a criatividade no planejamento pedagógico, o professor demonstra não somente o respeito às particularidades dos alunos, mas também proporciona um ambiente educacional transformador, onde cada indivíduo com ou sem deficiência, pode se desenvolver plenamente.

Essas pesquisas examinadas convergem para o entendimento de que a

inclusão de alunos com autismo necessita não somente de políticas e leis sancionadas no papel, como também do compromisso dos docentes, da formação continuada, da colaboração entre os profissionais e os demais funcionários de uma instituição educacional. Superar os diversos desafios ainda presentes na promoção da inclusão demanda um esforço coletivo, profissional e humano, mas que consegue produzir uma educação verdadeiramente respeitosa e inclusiva.

Em relação às práticas pedagógicas das professoras para os alunos com TEA, verifica-se em alguns estudos que há dificuldades nelas. Por exemplo, no estudo realizado por Cruz (2009), na rede pública de ensino de São Paulo, os professores revelam que as atividades que eles propunham para seus alunos acabavam por resumir-se a cópias de materiais, em que eles realizavam tarefas infantilizadas e muitas vezes repetitivas. Desse modo, a falta de formação continuada e de apoio das instituições contribuem para que essas práticas exclusivas sejam cada vez mais comuns na realidade da educação brasileira.

Por isso, superar esses desafios necessita de um compromisso pessoal e político, pois a escuta ativa das particularidades e a construção de uma formação mais aberta e dialogada até mesmo entre os profissionais contribui para as múltiplas formas de linguagem e ensino aprendizagem.

### 3.1 Relatos de experiência – acompanhamento educacional de alunos com transtorno do espectro autista

Durante a graduação em licenciatura, vivenciei experiências significativas relacionadas à inclusão educacional de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essas vivências ocorreram por meio de um estágio remunerado oferecido pela Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba, motivados pela alta demanda por atendimento educacional especializado e a escassez de profissionais habilitados na rede pública. A seguir, relato duas experiências distintas de acompanhamento educacional de alunos com TEA, refletindo sobre os desafios enfrentados, as práticas observadas e as limitações institucionais que impactam o processo de inclusão.

A primeira experiência ocorreu em uma escola localizada na zona rural do município, exigindo deslocamento diário por transporte coletivo intermunicipal. Atuei

no acompanhamento como de cuidadora de uma aluna diagnosticada com TEA, nível de suporte 2. Inicialmente, a estudante apresentava comportamento introspectivo, dificuldades de socialização e ausência de habilidades básicas de escrita. Com o início do acompanhamento, observei uma evolução progressiva: ela começou a interagir mais e desenvolveu sua escrita, conseguindo grafar seu próprio nome.

Contudo, foi possível identificar a ausência de práticas pedagógicas inclusivas. Os docentes, em sua maioria, não realizavam adaptações curriculares, sendo a única exceção uma professora de língua portuguesa, que imprimia atividades prontas encontradas na internet referente a disciplina. A falta de apoio institucional também comprometeu a continuidade do estágio. O valor da bolsa inicialmente oferecida não era suficiente para cobrir os custos de transporte. Apesar da promessa de auxílio por parte da direção escolar, o requerimento necessário para concessão de ajuda financeira não foi devidamente encaminhado à secretaria de educação, o que inviabilizou minha permanência no estágio e deixou a aluna sem acompanhamento especializado.

Posteriormente, fui remanejada para uma escola em minha cidade de residência, onde acompanhei um aluno com TEA nível de suporte 3, não verbal, que havia sido judicialmente autorizado a retornar à escola após um período afastado devido à ausência de cuidador. O estudante apresentava crises frequentes, motivadas principalmente pelo excesso de estímulos na sala regular. Nessas ocasiões, era necessário retirá-lo do ambiente para evitar escaladas agressivas. A adaptação e o acompanhamento ocorreram prioritariamente na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), com apoio das professoras desse setor. Posteriormente, precisei sair do estágio por motivos pessoais, mas o aluno continuou frequentando a escola sendo acompanhado pelas duas professoras do AEE, onde ele fazia suas atividades nesta sala, pois era inviável estar na sala regular com outros colegas sem um cuidador especializado.

### 3.1.1- Políticas públicas para atendimento às pessoas com Tea em Abaetetuba

A inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto da educação brasileira tem se tornado um dos grandes desafios da educação

contemporânea, exigindo ações articuladas entre as áreas da saúde, educação e assistência social. Consoante a Lei nº 12.764/2012, que intitula a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, é dever do Estado garantir o acesso à educação e à inclusão plena dessa população. Entretanto, a efetivação dessas políticas depende diretamente da existência de dados confiáveis e atualizados sobre a quantidade de pessoas diagnosticadas com TEA, tanto em nível estadual quanto municipal.

Em âmbito estadual, a Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará (SESPA) registra um total de 16.169 pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Pará. Esses dados, embora relevantes, revelam a necessidade de uma maior articulação entre os municípios e o Estado na coleta e sistematização das informações, com o objetivo de promover um diagnóstico mais preciso da realidade local e garantir o acesso a serviços especializados, adequados às necessidades dessa população que acaba sofrendo um atraso significativo sobre suas próprias informações. Nessa ótica, observa-se que o município de Abaetetuba não possui dados registrados sobre o número de pessoas diagnosticadas com autismo, revelando uma lacuna significativa no sistema de vigilância epidemiológica local. Essa ausência de informações específicas compromete o planejamento e a implementação de políticas públicas efetivas voltadas ao atendimento educacional e social da população autista no município.

Diante disso, torna-se fundamental o investimento em mecanismos de identificação, registro e acompanhamento das pessoas com TEA nas redes municipais de ensino, a fim de promover práticas pedagógicas inclusivas e garantir os direitos previstos em lei. A educação inclusiva, quando pautada por dados concretos e pela intersectorialidade das políticas públicas, torna-se uma ferramenta essencial para o desenvolvimento integral de sujeitos com autismo e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A pesquisa foi elaborada a partir da entrevista semiestruturada realizada com indivíduos que vivem esse processo diariamente, que é o processo da inclusão escolar de alunos com TEA. Nesse contexto, procurei preservar a identidade dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa, por isso, não serão mencionados nomes específicos, somente as categorias de cada um. Desse modo, foram ouvidas oito mães de alunos com TEA com níveis de suporte de (1,2, e 3) além de uma

professora do AEE e uma psicopedagoga que possui experiência no acompanhamento institucional e clínico, como condição da entrevista, os nomes das escolas também serão preservados, com isso, compreende-se que essa variedade de experiências amplia a melhor compreensão sobre o tema, permitindo analisar diferentes trajetórias no contexto da inclusão.

Ao longo dessa trajetória, enfrentei alguns obstáculos, especialmente por abordar uma temática considerada sensível e com muitos tabus a serem superados. A disposição para conversar a respeito da inclusão escolar de alunos autistas foram muitas vezes difíceis para conceder as entrevistas. Ainda assim, tive a honra de reunir depoimentos que contribuíram para a real compreensão do processo de inclusão no cotidiano das escolas regulares do município de Abaetetuba.

Portanto, a originalidade desta pesquisa se concentra especialmente neste ponto: trazer para discussão percepções vivenciadas que muitas vezes são silenciadas. Além disso, mostrar como o tema da diversidade e da inclusão escolar ainda pode ser desafiador, sobretudo, em contextos locais, enfatiza-se a importância de escutar diferentes vozes e experiências e assim discutir meios eficazes para uma educação mais inclusiva nas escolas e clínicas do município de Abaetetuba.

Os resultados da pesquisa, através das entrevistas realizadas, apontam que, apesar dos impasses, existem experiências positivas no que se refere à inclusão escolar nas escolas do município. Nesse sentido, cinco mães relataram que as crianças com autismo foram bem recebidas nas escolas, apesar de que ainda é um processo lento, mas que escolas têm se dedicado em promover a inclusão desses alunos, fornecendo acompanhamento pedagógico e engajamento na orientação do processo de alfabetização. Por outro lado, também pude ouvir relatos que apontam obstáculos sérios sobre a inclusão, como recusa de matrícula, segregação em creche, exclusão por taxar o aluno incapaz de realizar atividades como apresentação, trabalhos em grupos, entre outros. No entanto, sem desconsiderar os aspectos levantados anteriormente trato neste artigo somente das experiências positivas do processo de inclusão que é o foco desta pesquisa, uma vez que se pretende compreender como ocorre esse processo na sala de aula. Neste sentido, busco enfatizar os relatos que demonstram avanços, mesmo que ainda estejam aquém das melhorias esperadas para a verdadeira inclusão escolar de alunos com TEA.

Desse modo, uma das entrevistas realizada com os familiares de alunos autistas mostrou aspectos significativos no processo da inclusão. A mãe de um aluno com nível de suporte 2, relatou que sempre busca estimular a comunicação do aluno em casa através da nomeação dos objetos quando ele solicita algo, sempre corrige as palavras pronunciadas incorretamente e busca seguir as orientações que o fonoaudiólogo repassa a ela. No contexto educacional, o relato destacou o papel do Atendimento Educacional Especializado da escola (AEE), onde oferece as atividades adaptadas como bolinhas, figuras, jogos, segundo a mãe do aluno, os professores buscam sempre incluí-lo adaptando as estratégias para participar das mesmas atividades dos demais. Esse engajamento na família revela a responsabilidade no desenvolvimento da linguagem que é de suma importância para as crianças autistas, como defende Mantoan (2015), quando aponta que o ato de incluir não deve ser exclusivo da escola e sim uma composição em diferentes contextos de socialização.

Do mesmo modo, a entrevista com a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE), graduada em Letras Português com especialização em educação especial destacou que os alunos do atendimento passam por um atendimento educacional inicial, quando serão identificadas suas necessidades de forma individual, nesse sentido, comentou que tem autonomia para produzir as estratégias para abordar cada necessidade. Além disso, destacou a importância do plano de desenvolvimento individual (PEI) como eixo principal para o planejamento das metodologias de inclusão no atendimento. A entrevista enfatiza não haver uma única metodologia para todos os alunos com dificuldades, pois os alunos com os mesmos diagnósticos vão apresentar demandas divergentes. Assim, “dois alunos com TEA do mesmo nível de suporte requer planejamentos diferentes”, conforme assinalou na entrevista.

Desse modo, Vygotsky (1997) destaca em sua teoria histórico-cultural, que as interações sociais e as mediações fazem parte do desenvolvimento humano, ele comenta que ao abordar a deficiência não se deve olhar somente para as limitações e sim para as possibilidades de aprendizagem que emergem a partir dessas interações. Além disso, a profissional destacou a importância da parceria com outros profissionais, como fonoaudiólogo, psicólogos, terapeutas e outros profissionais envolvidos no desenvolvimento desses alunos. A profissional comentou sobre suas

práticas para estimular a linguagem de alunos não verbais como: sopro, balbucio, jogos; sempre em consonância com as orientações do fonoaudiólogo. Desse modo, a entrevista revela que o processo de inclusão e desenvolvimento desses alunos necessita tanto da autonomia docente como também da capacidade de adaptação, e da intersectorialidade entre a escola e os profissionais da saúde, além da família engajada nesse processo, aspecto esse que a Declaração de Salamanca (UNESCO,1994) declara como direito do estudante em uma educação adaptada às suas particularidades individuais.

Ademais, a entrevista realizada para complementação da pesquisa com a Psicopedagoga e Especialista formada na ciência Análise do Comportamento Aplicada (ABA), destacou o processo do estímulo da linguagem dos alunos como um dos desafios enfrentados e destacou as diversas formas de comunicação que não se limita somente a forma oral como também os gestos, recursos visuais, formas de apontar, segundo a sua experiência clínica, essas dificuldades variam a cada nível de suporte. A entrevistada destacou que se baseia nessas metodologias para trabalhar a linguagem e comunicação desses alunos considerando-a fundamental. Já no contexto educacional, também destacou a importância do comprometimento de toda a comunidade escolar, desde a recepção até a equipe de apoio, todos devem estar preparados para receber o aluno e dar o suporte necessário. Contudo, ela relata que os resultados positivos durante sua trajetória são mais visíveis em crianças com níveis de suporte entre 1 e 2 para avanços significativos, especialmente na área da comunicação visual e socialização.

Os resultados desta pesquisa evidenciam que a verdadeira inclusão de alunos com TEA só ocorre em consonância com vários fatores: a escola, a família, os serviços de apoio especializados e a sociedade em geral. Em linhas gerais, os achados desta pesquisa confirmam e aprofundam o que a literatura aponta quando se conclui que a inclusão não é responsabilidade de um único fator ou situação, e sim um processo coletivo e engajado que exige diálogo contínuo além de planejamentos flexíveis adaptados e atualizados. Nesse contexto, o papel familiar mostrou-se fundamental no desenvolvimento da comunicação dos alunos com TEA, estimular a fala seguindo orientações de um profissional enfatiza o que Sasaki (2005) trata sobre a inclusão escolar, que deve ser compreendida como um

processo gradual que necessita de adaptação, diversas metodologias além da participação de todos. Entretanto, a discrepância entre esse gesto colaborativo com famílias que não são engajadas é uma realidade e apresenta um desafio pertinente na literatura. Por isso, segundo uma pesquisa familiar de Camargo (2009) “Constataram-se, ainda, efeitos positivos da inclusão, na família, em função do maior investimento desta na aprendizagem da criança e um aumento na credibilidade nas potencialidades do filho” (p.70).

No contexto educacional, revelou-se a importância do atendimento Educacional Especializado (AEE) como espaço do planejamento pedagógico colaborativo e adaptado, além disso, a valorização do trabalho multidisciplinar mostrou seus resultados significativos como ferramenta fundamental para o pleno desenvolvimento desses alunos. Outro aspecto interessante refere-se ao trabalho dialogado entre os profissionais do AEE e os professores das salas regulares. Os relatos mostram que o trabalho colaborativo entre os profissionais e o diálogo com a família são estratégias importantes para favorecer a inclusão e o bem-estar dos alunos com necessidades especiais, corroborando com Mantoan (2015) que discute a importância da responsabilidade de todos os professores no processo de inclusão. Vale ressaltar que, os resultados também revelam que apesar dos esforços significativos, a inclusão plena, conforme regulamentada nas leis, ainda enfrentam barreiras pertinentes, seja pelo engajamento das famílias, pelas lacunas do município.

Nesta perspectiva, a discussão dos dados sugere que a inclusão escolar de alunos autistas é eficaz e produtiva quando acontece por meio de parcerias entre profissionais, familiares e apoio social, mesmo com suas limitações. Com isso, também evidencia que existem lacunas pertinentes que comprometem significativamente o desenvolvimento desse processo no município. Neste sentido, é de suma importância que políticas educacionais se façam presentes na promoção de uma cultura inclusiva, levando informações necessárias para a população fortalecendo a participação da família, o trabalho colaborativo entre as diversas áreas de atuação desses indivíduos e engaje não somente famílias atípicas como também as demais que precisam de informações tanto quanto as que já vivem o problema de promoção de inclusão de alunos com TEA no município de Abaetetuba.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou compreender as dificuldades e estratégias da promoção à inclusão educacional de alunos com TEA, busquei a literatura sobre o tema com ênfase na área da linguagem, a partir das leis, referenciais teóricos, relatos de experiência e entrevistas realizadas com mães e profissionais que convivem com essas experiências no município de Abaetetuba.

Desse modo, observou-se que, apesar do Brasil possuir um arcabouço legal e consolidado a exemplo da Lei Berenice Piana, LDB, entre outras, ainda existem desafios pertinentes entre a teoria e a prática cotidiana das escolas. A linguagem, fenômeno central no desenvolvimento humano, continua sendo um dos maiores obstáculos para a verdadeira inclusão de alunos com TEA, especialmente nos níveis de suporte 2 e 3 que necessita de estratégias individuais e o apoio multidisciplinar mais engajado.

As entrevistas mostraram que a inclusão não acontece de forma individual, que a parceria entre a escola, família, e profissionais da área torna-se uma união indispensável nesse processo. Observou-se também que o engajamento familiar é importante para o desenvolvimento da comunicação e logo, potencializa os avanços na escola, e seu desenvolvimento no geral. Entretanto, a ausência de dados estatísticos no município referente as demandas de diagnósticos dificultam o planejamento de políticas voltadas para esse público, políticas essas que já são escassas na região, o que inviabiliza a implementação de projetos consistentes.

Outra análise muito enfatizada foi a necessidade da formação continuada dos profissionais, dificuldade essa que causa insegurança, limitação nas práticas pedagógicas. Por outro lado, a literatura aponta que estratégias como o uso de recursos visuais, a união dos profissionais, podem mudar esse cenário da inclusão escolar.

Contudo, incluir alunos com TEA no contexto da linguagem requer mais do que leis sancionadas, é necessário um compromisso familiar, apoio profissional, político e institucional, além disso, uma postura ética e humana diante das diversidades que o autismo traz. A verdadeira inclusão necessita do reconhecimento escolar e da importância do reconhecimento das particularidades de cada aluno, promover um ambiente acolhedor e acessível é capaz de melhorar os desafios

presentes no cotidiano das escolas, tanto para os professores quanto para os alunos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luciano de. **O ensino de Língua Portuguesa para alunos com transtorno do espectro autista e as didáticas e metodologias possíveis**. São Paulo: CAPS, 2023. p. 3–99.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARAÚJO. AUTISMO, **Níveis e suas limitações: Uma revisão Integrativa da Literatura**. Scientific: Review, [s. l], v. 2, p. 8-22, 05 jun. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher. **Competência social, Inclusão escolar e autismo: Revisão Crítica da Literatura**. 2009. 10 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 9. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2022. 129 p.

Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Brasília: **Diário Oficial da União**.

BRASIL. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 86 p. ISBN 978-85334-2089-2 BRASIL.

Isabel Cristina Diniz Veloso 2 | Katiúscia Viana da Silva 3 Maria Celeste Campello Diniz 4 | Nastássia Santos *et al.* **A contribuição do uso do pecs para inclusão da criança com autismo severo não verbal na sala regular**. Scribd, Manaus, v. 5, p. 116, dez. 2023.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 26 jun.

LIMA, Raênia Suele Araújo de. **Criatividade nas práticas pedagógicas e inclusão escolar do aluno com transtorno do espectro autista-TEA: revisão bibliográfica**. 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 2015.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial** na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. [Constituição (1988)]. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**. 4. ed. atual. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (redação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009.

SCAMAT, Vagner; CANTORANI, José Roberto Herrera; PICININ, Claudia Tania. **Os desafios na aprendizagem de indivíduos com transtorno de espectro autista (TEA): uma revisão**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, [S.L.], v. 33, n.

126, p. 1-23, 1 mar. 2025. FapUNIFESP (SciELO).  
<http://dx.doi.org/10.1590/s010440362025003304453>.

SHIBUKAWA, Priscila Hikaru. **Vestindo os óculos da Pedagogia Waldorf: inclusão, alfabetização e Transtorno do Espectro Autista**. 2020. 149 f. Dissertação (Mestrado em Docência na Educação Básica), Faculdade de Ciências, UNESP, Bauru - SP, 2020.

TENENT, Luiza Bonemer. **A visão da escola sobre a inclusão de crianças com autismo**. 2017. 189 f. Dissertação (Mestrado em linguística) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

TOGNETT, Maria; SANTOS, Izabela; SILVA, Nilsom (2023) **Intervenção no contexto escolar: Uma revisão**. Educare Educere - Revista da Educação da UNIPAR, Umuarama, v. 23, n.1, p. 392-405, 2023.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em:  
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 23 dez. 2009.

Vygotsky: **aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo, 1997.

WEIZENMANN, Luana Stela; PEZZI, Fernanda Aparecida Szarecki; ZANON, Regina Basso. **Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes**. Psicologia Escolar e Educacional, v. 24, p. e217841, 2020.

ZAMBONI, Monithielly Regina; BORELLA, Douglas Roberto. **TREINAMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**. Revista Contemporânea, [S.L.], v. 5, n. 3, p. 7631, 7 mar. 2025. Brazilian Journals. <http://dx.doi.org/10.56083/rcv5n3-020>.